



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXII — Nº 140

SEXTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 1977

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 191, DE 1977

Da Comissão Mista do Congresso Nacional, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 1977-CN, que "acrescenta § 2.º ao art. 98 da Constituição Federal".

Relator: Senador Augusto Franco

De autoria do ilustre Deputado Octacílio Queiroz, a Proposta de Emenda à Constituição sob nosso exame acresce de um parágrafo o art. 98 da Constituição, determinando que "em nenhuma hipótese, os vencimentos dos cargos públicos, quer de administração direta ou indireta, poderão ser inferiores ao salário mínimo regional".

Ressalte-se, desde logo, que se alguma dúvida houvesse quanto à aplicabilidade da disposição aditiva às três esferas administrativas, tal obrigatoriedade genérica defluiria de dois fatos: a inserção da matéria, "in generis", no texto da Lei Maior e a expressão final da adição proposta, falando em "salário mínimo regional" ou seja, clara a diferença de piso salarial, conforme o Estado ou Município da Federação.

Na justificativa, lembra o Autor que o art. 165, item I, da Constituição, assegura aos trabalhadores o direito ao salário mínimo que satisfaça às suas necessidades normais e às da família, obrigando-se todas as empresas privadas e mesmo as públicas, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, a cumprir o piso salarial fixado pelo Poder Executivo para as diversas regiões do País.

Ressalta o ilustre Deputado a existência de um paradoxo, até mesmo no serviço público, onde funcionários estatutários percebem vencimentos inferiores ao mínimo regional, nas três esferas administrativas, enquanto seus colegas, regidos pela CLT, têm assegurado aquele direito.

Sofrem essa discriminação, ao arrepio do preceito da isonomia salarial, que tem assento na própria Constituição, professoras primárias em vários Estados, algumas com uma paga mensal que chega à décima parte daquele piso salarial.

O fato mais grave estaria, porém, em que a iniciativa privada se vê obrigada, pelo texto legal, a cumprir a paga mínima decretada pelo Poder Público Federal, enquanto órgãos da administração, principalmente estadual e municipal, não se obrigam ao cumprimento da norma, por simples imprevisão constitucional.

Dante do exposto, não há negar a procedência, no mérito, da Proposta sob nosso exame, nitidamente fundamentada nas normas da equidade e amplamente justificada em outros mandamentos da Lei Maior.

Não há outro meio eficiente para a correção da falha, e somente uma Emenda à Constituição poderia sanar a lacuna contida nela, propiciadora de uma iniquidade contra humildes servidores públicos, principalmente o magistério primário, cujos serviços serão sempre os mais prestantes e indispensáveis à formação da infância e da juventude brasileira.

Louve-se a felicidade do Autor em encontrar a melhor cabida para a alteração proposta, na estrita fidelidade à técnica legislativa, tanto mais necessária quando se trata de alterar o próprio texto constitucional.

Opinamos consequentemente, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 1977, que nos parece configurar a forma precisa e exata de corrigir, de uma vez por todas, uma omissão legal que tem propiciado as mais gritantes injustiças salariais no serviço público, nos Estados e Municípios brasileiros, com raras e honrosas exceções.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 1977. — Deputado Lauro Rodrigues, Presidente — Senador Augusto Franco, Relator — Deputado Fernando Coelho — Senador Lázaro Barboza — Senador Danton Jobim — Senador Alexandre Costa — Deputado Gamaliel Galvão — Deputado Norton Macedo — Senador Heitor Dias — Deputado Wilmar Guimarães — Senador Henrique de La Rocque — Senador Renato Franco — Senador Osires Teixeira — Deputado José Haddad — Senador José Sarney — Senador Ruy Santos.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO

Diretor Industrial

PAULO AURELIO QUINTELLA

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 400,00

Ano Cr\$ 800,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00

Tiragem: 3.500 exemplares

SUMÁRIO

1. — ATA DA 225^a SESSÃO CONJUNTA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 1977

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Nota vinculada na Imprensa do Estado do Rio Grande do Sul, sob o título "Gaúchos foram alertados para o colonialismo".

DEPUTADO NOSFER ALMEIDA — Medidas objetivando a formação de uma economia cafeeira para a Amazônia.

DEPUTADO ALCEU COLLARES — Apelo à Liderança da Maioria do Senado, no sentido de que seja ultimada a apreciação de projeto de lei da Câmara, em tramitação naquela Casa, que trata do problema do inquilinato no País.

DEPUTADO JOSE ZAVAGLIA — Manifestação de pesar pelo passamento da Professora Maria Angélica Marcondes César.

DEPUTADO JOSE HADDAD — Trabalho que vem sendo realizado pelo Governo do Estado do Rio, em cidades interioranas, principalmente no setor rodoviário.

DEPUTADO DIAS MENEZES — Denúncia de manobras escusas de vereadores arenistas da cidade de Araras — SP, visando o afastamento do Prefeito daquela cidade.

DEPUTADO ERNESTO DE MARCO — Necessidade da aplicação da correção monetária nos débitos dos órgãos públicos em relação a setores privados.

DEPUTADO ERASMO MARTINS PEDRO — Registro da fundação da Associação Comercial e Industrial da Barra da Tijuca, no Estado do Rio de Janeiro.

DEPUTADO EDGAR MARTINS — Notícia referente à desativação do crédito educativo. Necessidade da regulamentação da profissão de biomédico.

DEPUTADO SYLVIO VENTUROLI — Comentários sobre dados do Boletim Informativo das Atividades da PETROBRÁS.

DEPUTADO VASCO AMARO — Necrológio dos Srs. Coronel Pedro Teles Tourem e Agostinho Blauchardt da Silveira.

DEPUTADO CÉLIO MARQUES FERNANDES — Resultado dos trabalhos de recente Congresso Internacional de Psicologia, no concernente às causas que geram doenças e a violência.

DEPUTADO NUNES ROCHA — Realização do IV Encontro do Oeste Brasileiro, em Barra da Garças — MT.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Inauguração, na cidade de Campos — RJ, de hospital mantido pelo Serviço de Assistência Social Evangélica — SASE.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Proposta de Emenda à Constituição nº 14/77, que acrescenta parágrafo ao art. 104 da Constituição. **Aprovada**, em segundo turno. À promulgação.

1.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Convocação de sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.5 — ENCERRAMENTO

2. — ATA DA 226^a SESSÃO CONJUNTA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 1977

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ERASMO MARTINS PEDRO — Eleição da Diretoria da Associação Brasileira de Revendedores Autorizados Volkswagen — ASSOBRAV.

DEPUTADO MILTON STEINBRUCH — Plano de Urbanização Comunitária — PUC, levado a efeito pelo Prefeito de Niterói — RJ.

DEPUTADO BRAGA RAMOS — Projeto de Lei de autoria de S. Ex^a, que dispõe sobre a comercialização de produtos farmacêuticos.

DEPUTADO JOSE ZAVAGLIA — Manifestação de pesar pelo passamento do Sr. Stefano Rossi.

DEPUTADO JOEL FERREIRA — Apelo ao Presidente do BNH, ao Sr. Ministro do Interior e ao Senhor Presidente da República, no sentido de que determinem providências objetivando a conclusão do Conjunto Habitacional Eldorado, em Manaus.

DEPUTADO JOSÉ MAURÍCIO — Veto do Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro a projeto de lei que declara ser privativo dos jornalistas profissionais o exercício de cargos técnicos que especifica.

DEPUTADO SYLVIO VENTUROLI — Declaração de encerramento de recente conclave de trabalhadores rurais paulistas, em favor da manutenção de dispositivo legal que dispõe sobre o prazo prescricional para o trabalhador rural.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Regulamentação da profissão de biomédico.

DEPUTADO WALTER SILVA — Decisão do Juiz da 2ª Vara Civil de Niterói, referente à manutenção de posse de terreno do Clube Hípico Fluminense.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei nº 16/77 - CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1978/1980, nas seguintes partes:

Subanexo Poder Executivo — Ministério do Trabalho. **Aprovado.** À Comissão Mista, para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério dos Transportes, Parte Geral, Superintendência Nacional da Marinha Mercante e Empresa de Navegação da Amazônia. **Aprovado.** À Comissão Mista, para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério dos Transportes, Empresa de Portos do Brasil S/A, Companhia de Navegação do São Francisco e Serviço de Navegação da Bacia do Prata S/A. **Aprovado.** À Comissão Mista, para a redação final.

2.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Convocação de sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 20 horas e 5 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.5 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 227ª SESSÃO CONJUNTA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 1977

3.1 — ABERTURA

3.2 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei nº 16/77 - CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1978/1980, nas seguintes partes:

Subanexo Poder Executivo — Encargos gerais da União. **Aprovado.** À Comissão Mista.

Subanexo Poder Executivo — Fundo Nacional de Desenvolvimento. **Aprovado.** À Comissão Mista.

Subanexo Poder Executivo — Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios. **Aprovado.** À Comissão Mista.

3.3 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

3.4 — ENCERRAMENTO

ATA DA 225ª SESSÃO CONJUNTA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 1977

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. AMARAL PEIXOTO E HENRIQUE DE LA ROCQUE.

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Petrônio Portella — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Cunha Lima — Marcos Freire — Murilo Paraiso — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Queréia — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antônio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Sérgio Murió — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antônio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinícius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemburg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antônio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Régo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Parente Fróta — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antônio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanoel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB;

Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Silvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athié Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egrela — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otávio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Côdo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Hélio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antônio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kissuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes da Amorim — MDB; Júlio Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues

— MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; César Nascimento — MDB; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trien — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — As listas de presença acusam o comparecimento de 56 Srs. Senadores e 345 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Fiz ontem incisivo pronunciamento sobre a descapitalização humana e a falta de lideranças no meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Enquanto o Estado vai empobrecendo, não se percebe qualquer reação vigorosa, por falta de alguém que lidere movimentos de envergadura na defesa dos superiores interesses dos gaúchos.

Hoje, a Imprensa local divulga nota que vale a pena ser lida e transcrita nos Anais.

É a seguinte:

"GAÚCHOS FORAM ALERTADOS PARA O COLONIALISMO

"Mexam-se, saiam do gueto do Rio Grande do Sul", advertiu ontem, aos exportadores gaúchos de soja, o técnico do International Trade Center (ITC), Miguel Diot, depois de lembrar que se os brasileiros "não acordarem, se tornarão simples fornecedores de matéria-prima aos Estados Unidos — maior concorrente do Brasil —, o que será uma espécie de colonização".

No curso sobre oportunidade dos produtos gaúchos no exterior, o professor francês exortou os industriais a diversificarem sua produção de soja e agredirem o mercado internacional, mas com produtos de alta qualidade, dietéticos e se

possível que em sua composição química estejam contidos subprodutos naturais.

Lembrou que melhores vendas poderiam ser alcançadas através de detalhadas pesquisas de mercados ou de levantamentos sobre a incidência da seca nos países europeus, pois o consumo de soja para fabricação de ração animal aumenta em épocas de seca. Disse que o consumo de batatas e de pão está diminuindo na Europa, pois os europeus estão procurando ingerir mais vegetais, frutas e alimentos contendo maior valor protéico, como derivados da soja.

Sugeriu aos industriais que procurem formas de "purificar" seus produtos, em vez de contaminá-los com defensivos agrícolas, lembrando que os franceses já estão importando café da Costa Rica, que custa mais caro que o brasileiro no varejo, pelo fato de ser um produto garantido, não contendo qualquer resíduo de defensivos."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nossa Almeida.

O SR. NOSSER ALMEIDA (ARENA — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A efetiva ocupação da Amazônia sempre foi tema daqueles que vislumbram um desenvolvimento integral e harmônico de nosso País.

A Amazônia, que surge como um novo Eldorado, apresenta um potencial econômico que poderá ser explorado em novas atividades, com uma produtividade talvez jamais pensada por nossos empresários.

Referimo-nos, Sr. Presidente, à atividade agrícola, e em especial à cafeicultura.

Até agora, os grandes projetos para a Amazônia têm-se prendido à pecuária de corte, que abriu grandes caminhos, principalmente no Pará e norte de Mato Grosso.

Gostaríamos de deter-nos no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico lançado pelo Governo Castello Branco, onde o café aparece como fator de desenvolvimento e povoamento definitivo da região amazônica.

Baseado neste Plano, decidiu o IBC conceder uma linha de financiamento para o plantio de 20 milhões de pés na Amazônia Legal.

Através de longas pesquisas, concluiu-se que o solo amazônico apresenta uma extensa área apta ao cultivo de *Coffea canephora*, vulgarmente conhecido como robusta, e em faixas limitadas para o *arábica*, o que permitiria a longo prazo uma reorientação da política nacional do café, trazendo para aquela região grandes plantadores e consequentemente a fixação do homem à terra.

A implantação da cultura de café, principalmente o *robusta*, tornou-se de grande viabilidade, uma vez que o mercado para este espécie tem-se desenvolvido por razões que vão desde acidentes climáticos às condições de países estrangeiros.

No plano interno, com as grandes geadas e pela ausência de oferta de terras, e no quadro externo com a destruição pela ferrugem e broca dos cafezais da Costa Rica e Guatemala, o plantio na Amazônia tornou-se bastante atraente devido à sua localização climática.

Outro fator, Sr. Presidente, que devemos salientar, é o fato de o *robusta* atender à indústria de café solúvel, que tem desenvolvido progressivamente o seu parque industrial, já processando 3 milhões de sacas por ano, o que asseguraria uma expansão deste setor na região, liberando as tradicionais regiões produtoras para o plantio do café mais fino, em grão.

Outra vantagem seria a solução para o equilíbrio entre a oferta de emprego na região e os contingentes desocupados do Centro-Sul, uma vez que cada hectare de café exige 110 homens-dia.

Além disso, propicia a melhora no orçamento dos Estados amazônicos, levando-se em consideração apenas os 15% do ICM, sem contarmos com o aparecimento de atividades econômicas que se desenvolveriam paralelamente.

Sr. Presidente, o plantio do café, grande gerador de riquezas, deverá ser efetivamente incrementado na Amazônia, uma vez que

além de propiciar o desenvolvimento econômico, fixará definitivamente o homem àquela vasta região.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alceu Collares.

O SR. ALCEU COLLARES (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Eminente Presidente, Srs. Congressistas:

Ha uma reclamação ao Legislativo Nacional, Sr. Presidente, incluindo principalmente o Senado Federal que já está a examinar matéria da mais alta significação social faz um ano. Esta mesma matéria foi examinada pela Câmara dos Deputados durante três anos. Então, o projeto já está fazendo o seu quarto aniversário tramitando nas Casas Legislativas do Congresso Nacional e, lamentavelmente, até hoje não conseguimos sua aprovação. O mais interessante de tudo, Sr. Presidente, é que não há um Congressista, um Senador, um Deputado que seja contra o projeto.

Constituímos, aqui, em 1974 e 1975, uma subcomissão da Comissão de Constituição e Justiça para examinar o problema do inquilinato no Brasil. Foram as mais belas e profundas colaborações vindas de toda parte, dos especialistas, dos Congressistas, dos Parlamentares.

A Câmara dos Deputados chegou, ao final de 1976, a um substitutivo onde há uma consolidação e inovação do inquilinato com a colaboração de todos. Não há paternidade, não há autoridade, é da Câmara dos Deputados, é de uma das Casas Legislativas do Congresso Nacional.

No Rio Grande do Sul, chegaram a fazer algumas comissões especiais. O Sr. Líder da ARENA naquele Estado, Sr. Deputado Hugo Mardini fez uma comissão especial e veio, várias vezes, falar com o Senhor Presidente da República e dizer que o problema, principalmente da denúncia vazia, tinha que ser extinto imediatamente.

Aqui, o Deputado Blota Júnior foi sempre o relator desta matéria, inclusive, apresentou um substitutivo que, agora, se transformou nesse Decreto nº 1.534 do Presidente da República onde, quero afirmar da tribuna desta Casa, enganaram o Presidente da República. Enganaram o Presidente da República ao dizer-lhe que a denúncia vazia estava sendo eliminada. Tanto que, na nota da Assessoria da Presidência da República, o Sr. Coronel José Maria de Toledo Camargo dava a comunicação à Nação, dizendo: "A denúncia vazia foi eliminada".

Foi coisa nenhuma, enganaram o Senhor Presidente, enganaram o Coronel, enganaram todo o mundo, Sr. Presidente; enganaram da seguinte forma: consagraram a denúncia vazia com prazo certo, isto é, a cada ano de contrato de locação, corresponde uma prorrogação de dois meses, quando temos uma consolidação, uma inovação, uma das mais belas, uma das mais valiosas contribuições, há um ano, no Senado.

Lamentavelmente, há manobras protelatórias, procrastinatórias, Sr. Presidente, que não cabem ao Congresso Nacional porque, afinal de contas, o Partido do Governo tem que assumir a responsabilidade: ou vota a favor, ou vota contra. O que não pode é amarrar essa matéria; o que não pode é protelar com expedientes que não dignificam a compostura parlamentar.

Lá está, há um ano, Sr. Presidente, uma colaboração das mais eficientes ao Senhor Presidente da República, até um combate à própria inflação. O que não concebo, Sr. Presidente, é que haja preocupações com a pechincha, com o combate à inflação, quando se permite que os aluguéis dos imóveis possam ser majorados ao bel-prazer dos proprietários e das administradoras de imóveis. Está lá o projeto; e a nossa presença nesta Tribuna, Sr. Presidente, é para apelar à Liderança da ARENA no Senado, no sentido de que, até o final desta sessão legislativa, se dê essa legislação ao País. Sem dúvida alguma, ela é fruto da colaboração de todos e se destina a durar muito tempo, porque cada um deu sua contribuição.

Não é uma legislação feita por um só homem ou por um grupo de pessoas, mas feita pela representação legítima do povo brasileiro. Consequentemente, ela corresponde às aspirações do povo e é preciso acabar com essa situação de inferioridade, de insegurança e de intransqüilidade do inquilino brasileiro.

Pode ser que este apelo que estamos fazendo à Liderança da ARENA no Senado tenha ressonância; se não tiver, paciência — cumprimos nós o nosso dever. Mas, alimentamos a esperança de que, ainda nesta sessão legislativa, o Senado, através da Maioria, vote favoravelmente o projeto de consolidação e inovação da legislação do inquilinato, dando ao Presidente da República uma extraordinária colaboração para estabelecer o justo equilíbrio entre o proprietário e o inquilino e acabar com os abusos, os prevalementos, os excessos, as exorbitâncias das administradoras de imóveis. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Com a palavra ao nobre Deputado José Zavaglia.

O SR. JOSÉ ZAVAGLIA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Faleceu, no dia 29 de outubro, na cidade de São Carlos, pela madrugada, a Professora Maria Angélica Marcondes César e a notícia, no dia seguinte, foi manchete da 1ª página da *Tribuna de São Carlos*, que, revelando a consternação da cidade inteira, lhe prestou homenagem à altura dos seus méritos, concludo por assinalar:

"Dona Maria Angélica Marcondes César foi colaboradora deste jornal, durante vários anos, sendo que ainda no último domingo apresentou sua seção "Notícias da Catedral". Os diretores deste matutino estiveram presentes às exéquias, notando-se, então, enorme acompanhamento. Foram as seguintes as entidades que enviaram coroas em homenagem à ilustre morta: Catedral de São Carlos, Conselho Paroquial de Pastoral, Câmara Municipal, Família Pereira Lopes, Igreja São Benedito, Ação Católica, União Cívica Feminina, Sociedade São Vicente de Paula, Encontristas de São Carlos, Serra Clube, Equipe de Nossa Senhora nº 1, P.L.C., Comunidade Catecumenal da Catedral e Jornal *A Tribuna*."

A ilustre extinta, que tantos serviços prestou à comunidade e principalmente às instituições que lhe prestaram essa homenagem póstuma, nasceu em Mineiros do Tietê, filha do Sr. José Marcondes César e D. Gabriela Gusmão Marcondes, tendo quatro irmãos e uma irmã, todos residentes em São Carlos, para onde se mudou em 1925, e, assim, residindo naquela cidade durante mais de meio século.

Exerceu as seguintes atividades educacionais: professora da Escola de Comércio São Carlos, do Colégio São Carlos, do Ginásio Diocesano e do Seminário Diocesano; professora interina do Instituto Estadual de Educação "Doutor Álvaro Guião" de São Carlos.

Em 1932, prestou concurso para a cadeia de História Geral e do Brasil, sendo efetivada em Ribeirão Preto e posteriormente em Pirajuí, onde se aposentou em 1968.

No setor social e cívico, foi Tesoureira da Liga Sancarlense de Combate à Lepra e Pertenceu à Diretoria dos Serviços da Revolução de 1932; no setor espiritual, exerceu, na Igreja Católica, importantes cargos, dentre eles a Presidência da Federação das Filhas de Maria e da Ação Católica de São Carlos.

Foi promotora Vocacional da Diocese Coordenadora do Conselho Paroquial de Pastoral da Catedral; Ministro Extraordinário da Eucaristia, função que mais a sensibilizava, por poder levar a comunhão ao leito dos enfermos.

Residindo definitivamente em São Carlos, a partir de 1968, anteriormente, desde 1925, estava ligada àquela cidade.

Finalmente, foi eleita, por unanimidade das sócias da "União Cívica Feminina de São Carlos", a "Mulher do Ano de 1976", por suas excelsas virtudes morais, intelectuais e cristãs.

Neste instante, Srs. Congressistas, quero homenagear, já agora em meu nome pessoal, aquela que foi minha professora de Português

e Contabilidade, em 1939, portanto há trinta e oito anos. As longas décadas que se passaram, não me fizeram esquecer o seu talento para o magistério, o seu devotamento aos alunos, a paciência, a cordura o afeto com que dirigia a nossa turma, que jamais esquecerá Dona Maria Angélica, a Professora exemplar, a mestra insigne da nossa juventude.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Haddad.

O SR. JOSÉ HADDAD (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Não se pode negar o importante trabalho que vem sendo realizado pelo Governo Faria Lima no Estado do Rio de Janeiro. No setor rodoviário, quer por parte da Secretaria de Transportes, que tem como seu titular o Dr. Antônio Carlos Pizarro, como também através da Secretaria de Planejamento, sabiamente dirigida pelo competente Economista, Dr. Ronaldo Costa Couto, destacando-se ainda, com justiça, as realizações executadas por intermédio da FUNDREN, sobre a orientação do jovem e competente Dr. Fernando Talmá Sam-pai.

Inúmeras vezes temos ocupado esta tribuna para fazer constar dos Anais desta Casa as importantes obras já realizadas pelo Governo Faria Lima, principalmente na Baixada Fluminense, onde tenho a minha maior base eleitoral.

Hoje, Sr. Presidente, mais uma vez, venho à tribuna para focalizar importantes obras que estão sendo executadas por aquele Governo no interior fluminense, destacando-se como realizações importantes os trechos rodoviários RJ-116, Venda das Flores—Lage de Muriaé BR-356 (21km.); RJ. 186, Monte Alegre—BR-356 (40 km); RJ-158 Trecho Itaócará—Cambuci (22 km) trecho Campos—São Fidélis (40 km) e finalmente a pavimentação do trecho de 32 quilômetros da rodovia RJ-224, ligando as localidades de Trevessão e Barra do Itabapoana, no Município de Campos. Todas estas obras estão orçadas na importância de Cr\$ 340 milhões de cruzeiros, perfazendo o total de 178 quilômetros de estradas.

Ao terminar, Sr. Presidente, estas considerações, parabenizo mais uma vez o Sr. Governador Faria Lima e os seus dedicados auxiliares anteriormente citados, pelo trabalho sério e eficiente que estão realizando pela grandeza do novo Estado do Rio de Janeiro.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dias Menezes.

O SR. DIAS MENEZES (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Se bem haja determinados assuntos que nos causam até aversão tecer comentários sobre eles, pela incredibilidade de que se revestem, deixar de abordá-los seria como um descumprimento de nosso mandato, desinteresse mesmo por uma parcela do povo que representamos.

Refiro-me, Sr. Presidente, Srs. Congressistas à inacreditável atitude de edis da ARENA em pretenderem enodiar a pessoa do Prefeito de Araras, em nosso Estado, para isso, usando de processos escusos, sem nenhum amparo legal, destituídos de qualquer resquício possível para a tentativa de cassar o mandato de Valdemir Zuntini, a quem a comunidade ararense reconhece como um administrador capaz, probó e diligente.

Não fazemos distinções maiores entre mandatos de Senadores, Deputados Federais e Estaduais e de Vereadores. Todos representam o povo e, dessa maneira, devem ser exercidos em razão do bem-estar social de seus mandatários.

Agora, Sr. Presidente, nobre Plenário, fazer uso desses mandatos para mórbidas satisfações pessoais; deles se valerem para mesquinharias, para, sem nenhum respeito, fazer acusações, como no caso dos Vereadores da ARENA, de Araras, em São Paulo, forjando uma Comissão Especial de Inquérito com o intuito de envolver — num

procedimento torpe, ignobil, indigno — o Prefeito Valdemir Zuntini, é inconcebível. E o que nos causa espécie é vermos participar dessa inglória causa o Presidente do Legislativo de Araras. Não bastassem as incomprensíveis atitudes políticas que vem tomando, ultimamente, junta-se ele, neste instante, a outros Vereadores da ARENA visando, com base em um relatório que peca pela falsidade de suas conclusões, incriminar um administrador de escol como é o Prefeito de Araras. Se analisarmos, com isenção de ânimo, o trabalho de Zuntini, há de se verificar que Araras soube escolher o seu atual Prefeito, como antes o fizera em relação a outro admirável homem público, Milton Severino, injustamente afastado das funções de Prefeito e depois absolvido em todos os numerosos processos contra ele uredidos, pela irracionalidade de políticos primários ararense.

E é por isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, só por isso, que a ARENA não se conforma ao ver um Prefeito eleito pelo MDB, como tantos outros, prestar bons serviços às suas comunidades, trazendo-lhes o pretendido bem-estar social. Permitam-me os nobres Pares até uma observação a *latere*: talvez até a ARENA de Araras não desejasse que na atual gestão de Valdemir Zuntini nem a Banda do promissor município chegasse a ser campeã, como o foi, do I Campeonato Nacional de Bandas. Mas a Corporação Musical Maestro Francisco Paulo Russo venceu como há de vencer o Prefeito de Araras o inconformismo dos edis da ARENA.

Já se tornou hábito, em nosso País, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a cassação de mandatos de homens que incomodam a situação por seus valores morais, por seus pronunciamentos corajosos, pelo trabalho que empreendem sob o signo do MDB. Cortam-se-lhes as raízes para que não frutifiquem seus ideais, para que não digam as verdades que o Movimento de 1964 não gosta de ouvir. E, assim, lá em Araras, homens pobres de espírito querem seguir exemplos que não enobrecem a ninguém.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o povo de Araras há de estar sorrindo da ridícula atitude de determinados Vereadores na vã tentativa de cassar o mandato de seu Prefeito. Entretanto, mesmo sem as verbas que a ARENA não libera para o Executivo ararense maioria que é na Câmara; mesmo com as tramas uredidas contra Valdemir Zuntini; mesmo com falsos relatórios de inquéritos espúrios não há como parar o MDB, nem Araras, que emergirá, sob o comando de Zuntini, para de novo tornar-se um município modelo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ernesto de Marco.

O SR. ERNESTO DE MARCO (MDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Dentre as medidas introduzidas pelos Governos Revolucionários com vistas a corrigir os ônus da inflação, destaca-se a cobrança, com juros e correção monetária, de todos os débitos em atraso, das pessoas físicas ou jurídicas, para com qualquer órgão do setor público.

Curiosamente, entretanto, não há reprociade nessa determinação legal, pois são inúmeros os casos de grandes atrasos nos pagamentos dos órgãos públicos para com o setor privado. Esses pagamentos, feitos com moeda desvalorizada, sem juros nem correção monetária, criam, segundo a Federação do Comércio do nosso Estado, sérios problemas de desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas que vendem ou prestam serviços aos órgãos públicos.

Faz-se necessários ainda lembrar que, como esses atrasos são imprevisíveis, o resultado final não somente é maléfico para o setor público como para o setor privado, já que os vendedores são obrigados a exigir, em todos os seus fornecimentos, um preço mais elevado, única maneira de se resarcirem dos atrasos.

Torna-se, assim, óbvio que a adoção do sistema da correção monetária, nesses casos, seria de justiça e resolveria um dos mais graves problemas do comércio e da indústria.

Desejamos, assim, recomendar às autoridades competentes que, sob o fundamento da reciprocidade, seja estabelecida em lei o pagamento da correção monetária, obrigatoriamente, por parte dos ór-

gãos públicos da administração direta e indireta — federais, estaduais e municipais — toda vez que atrasarem na liquidação de seus débitos para com o setor privado.

É o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erasmo Martins Pedro.

O SR. ERASMO MARTINS PEDRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A fundação, no Rio de Janeiro, da Associação Comercial e Industrial da Barra da Tijuca, ACIBAT, já com o estatuto registrado, e assim com personalidade jurídica de direito privado, representa um importante passo no sentido da integração daquela região administrativa, das mais prósperas do nosso Estado.

Visa a nova entidade ao entrelaçamento dos diversos setores empresariais da Barra da Tijuca, propugnando pelo incremento das atividades associativas, em prol do desenvolvimento do bairro e comunidades adjacentes, marcados por vigoroso e vertiginoso progresso.

No seu Conselho Diretor da Administração, eleito para o biênio 77/79, encontram-se elementos inteiramente devotados à dinamização do bairro; como o seu Presidente, Dr. Orlando Gondara Leston, também Diretor-Presidente da Empresa Hoteleira Tropical Turista; seu Vice-Presidente, Sr. Édson da Costa Leal, Gerente do Banco do Estado do Rio de Janeiro, BANERJ, na Barra da Tijuca.

Ao nos congratularmos com a fundação da ACIBAT, queremos revelar a nossa confiança em que a sua primeira diretoria obterá a colaboração de todos os moradores da Barra e dos poderes públicos, para concretizar os ideais prefixados no seu estatuto, augurando-lhe longa e profícua existência.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Edgar Martins.

O SR. EDGAR MARTINS (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Crédito Educativo, decorrente de convênio celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a Caixa Econômica Federal, define-se como lúcida iniciativa daquela Secretaria de Estado, quando se propõe a financiar os estudos de universitários, notadamente quando recém-formados têm de adquirir os equipamentos profissionais indispensáveis ao seu sacerdócio.

Soube-se, no entanto, que essa simpática política de crédito estava sendo desativada, talvez à falta de recursos específicos.

A proceder a informação, faz-se oportuno que o titular da Educação e Cultura, Ministro Ney Braga, considere a decisão tratando de revigorar o fluxo de financiamento de nossos universitários.

Deputado de Oposição dentro desta Casa do Congresso, sintome insuspeito para analisar certos ângulos da administração federal.

Segundo esse contexto sócio-político, há de entender-se que todo esforço despendido com os jovens estudantes será altamente recompensado, já que a Nação está investindo no futuro, com uma rentabilidade certa.

Quantas vocações se perderam, à falta de ajuda, deixando de prestar os melhores serviços ao País.

Tudo deve ser dado à juventude, especialmente quando os moços, animados por alto patriotismo, demonstram o desejo de atender aos deveres impostos pela Pátria.

Homem público sensível, o Ministro da Educação refletirá que a sua pasta, pela expressão cívica de que se reveste, é a que mais se identifica com os jovens, em suas nobres aspirações de conquista.

Quero ainda apelar a esta Casa e aos nobres Senadores que se sensibilizem com a vigília que fazem no Congresso os universitários da área de Ciências Biomédicas, das Cidades de Londrina, Araras, Piracicaba, Mogi das Cruzes, Santo Amaro, em São Paulo (Capital) e Ribeirão Preto, que vêm demonstrar a necessidade da regulamentação de sua nobre e — por que não — nobilíssima profissão, de tão alto significado social.

Espero que, apesar de retirado o caráter de urgência possa agora como Mensagem do Executivo receber o de urgência urgentíssima, pois assim sentem os universitários e, assim, esperam, pois querem eles sair daqui na certeza do atendimento de sua justa reivindicação muito bem expressa no Projeto nº 1.660, de 1975, e na Mensagem nº 396 de 1975.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sylvio Venturolli.

O SR. SYLVIO VENTUROLI (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Sabemos da importância que representa a produção de energia na sustentação do processo de desenvolvimento do País, daí a razão do interesse que nos despertou a leitura do Boletim Informativo sobre a atuação da PETROBRÁS, que comemorou a 23 de outubro último, 24 anos de profícua existência, marcados por múltiplas atividades e realizações que a colocam hoje em 40º lugar dentre as maiores empresas do mundo e em 23º, excluindo-se as companhias americanas.

Dentre os inúmeros feitos narrados no seu Boletim, procuramos extraír aqueles que nos pareceram de maior relevância e que ora tentaremos sintetizar.

Em 1954, as reservas brasileiras de petróleo estavam avaliadas em 172 milhões de barris; hoje em dia, estas reservas estão calculadas em 877 milhões de barris. Na plataforma continental, para onde a empresa tem dirigido seu esforço exploratório nos últimos anos, as reservas provadas de petróleo aumentaram de 63 mil barris em 1968 para 508 milhões de barris em 1976. Nesse mesmo período, as reservas provadas de gás natural se elevaram de zero para mais de 12 bilhões de metros cúbicos.

Recordemos, que a produção brasileira de petróleo, que em 1954 foi de 992.417 barris, passou a 40.246.906 no período janeiro-agosto de 1977, já se incluindo nesse total a produção de um dos poços do Campo de Enchova, na Bacia de Campos, que através de um sistema de antecipação, vem contribuindo desde agosto com cerca de 10 mil barris diários ao total nacional.

Em suas atividades de exploração e produção, a PETROBRÁS, que em 1954 investiu Cr\$ 135 mil, deverá aplicar, em 1978, Cr\$ 12 bilhões 285 milhões. No período 1978-1981, as aplicações da Empresa no setor deverão atingir os Cr\$ 59 bilhões 156 milhões.

No exterior, a Petrobrás Internacional S/A — BRASPETRO — descobriu no Iraque reservas de petróleo estimadas em 2 bilhões de barris. Na Colômbia, onde exerce atividades de exploração e produção em associação com uma empresa local, a BRASPETRO produziu, de janeiro a julho deste ano, 2.294.120 barris de petróleo, com aumento de 50% em relação ao total produzido no mesmo período do ano passado.

Preocupada com o estudo e o desenvolvimento de fontes opcionais de energia, a PETROBRÁS criou, em sua estrutura organizacional, a Divisão de Fontes Energéticas Alternativas (DIFEA), integrante do Departamento Industrial da Empresa (DEPIN).

Esta Divisão tem por objeto, a curto prazo, acompanhar e participar das atividades ligadas à industrialização do xisto e à gaseificação do carvão nacional, podendo, oportunamente, estender seus estudos a outras áreas energéticas.

No que se refere ao Programa Nacional do Álcool, a PETROBRÁS está participando, devendo colocar em operação ainda este ano, uma usina experimental em Curvelo (MG), com capacidade de 60.000 litros/dia, a qual produzirá álcool a partir da mandioca. Essa usina se propõe a comprovar a viabilidade técnica e econômica do empreendimento e definir parâmetros que poderão ser adotados para programas futuros.

Foram iniciadas, também, as obras de terraplanagem do complexo industrial da Fertilizantes Fosfatados S.A. — FOSFERTIL —, destinado a consolidar o aproveitamento em larga escala, das jazidas de fosfato de Patos de Minas, as maiores já encontradas no Brasil. Esse complexo industrial, programado para entrar

em operação em 1981, produzirá um milhão de toneladas anuais de concentrado fosfático, com infra-estrutura para expansão até dois milhões de toneladas em 1985, e trará, como resultado positivo para o País, a economia de divisas de cerca de US\$ 53,5 milhões por ano, a partir de 1981, gastos atualmente na importação do produto.

Cumpre-nos ressaltar ainda que, desde a sua fundação, a PETROBRÁS permitiu ao País economia de divisas de US\$ 7 bilhões 606 milhões, e seu capital social, que há 24 anos era de Cr\$ 4 milhões, atualmente atinge os Cr\$ 25.158.929.000,00. Nesse mesmo período, os investimentos da empresa em seus diversos setores de atuação evoluíram de Cr\$ 847 mil para Cr\$ 24 bilhões 941 milhões, segundo a estimativa de aplicações para 1977.

Pelo muito que já fez e ainda fará pela nossa Economia, ao completar, — a PETROBRÁS —, mais um ano de realizações, não podíamos deixar de congratular-nos com a sua eficiente Diretoria, seus técnicos e funcionários, almejando que avancem em ritmo crescente, elevando assim, cada vez mais, o conceito e o nome da gloriosa Empresa brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adhemar Ghisi. (Pausa.)

S. Ex^e não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Vasco Amaro.

O SR. VASCO AMARO (ARENA — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Estamos neste microfone para homenagear a memória de dois queridos companheiros nossos desaparecidos, nestes dias, lá no meu Rio Grande do Sul.

Um era uma figura singular, o Coronel Pedro Telles Tourem, de São Francisco de Assis, Município que me orgulho de representar nesta Casa. Pedro Telles Tourem era um tipo brigão, brigava com todo mundo, mas de um coração extraordinário, uma liderança incomparável. Vinha dos velhos Maragatos e até hoje ostentava com orgulho este título. Daqui mandamos ao povo de São Francisco as expressões de nosso pesar, porque, com Pedro Telles Tourem, perde o Rio Grande do Sul um dos seus últimos caudilhos, daqueles gauchões excepcionais, franco, leal, companheiro, cavalheiro, amigo, mas brigalhão.

Em Camaquã faleceu uma figura completamente diferente, um homem tranquilo, um homem calmo, trabalhador, Agostinho Blauchardt da Silveira, Presidente Municipal da ARENA. Suas origens vinham do antigo PSD, nosso amigo, líder na produção e na política. Perdemos ali um grande companheiro, um excepcional companheiro, bom chefe de família, com uma grande liderança. Daqui, mandamos aos nossos companheiros, à ARENA de Camaquã, à família enlutada todo o nosso sentimento, os nossos tristes abraços, porque com Agostinho Blauchardt da Silveira Camaquã perde um dos grandes Líderes.

É doloroso para nós, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, termos que vir a este microfone para, num só dia, registrar o desaparecimento de dois queridos conterrâneos nossos, de dois amigos diletos.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Célio Marques Fernandes.

O SR. CÉLIO MARQUES FERNANDES (ARENA — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O medo parece ser a principal doença de nossa civilização. Esta a conclusão de recente congresso internacional de psicólogos, e que se comprova no cotidiano de qualquer grande cidade do mundo. Resultado direto da violência que se espalha pelas ruas, e preside também as relações internacionais, num mundo polarizado por duas tendências opostas. Cria-se tensões permanentes que afetam o homem comum, a tal ponto que hoje já se fala numa geração de neuróticos. Como se só existissem neuróticos no mundo. Quais as causas dessa si-

tuação, e como corrigi-las? Elas estão situadas nas próprias características de nosso tempo e condição, marcados por um mundo dividido pelas guerras, seccionado por problemas de interesses conflitantes, urbanizado, industrial e superpovoado, no qual a luta pelo dia a dia é cada vez mais árdua e desumana, e onde os valores maiores são esquecidos em nome do mais crú materialismo. Um mundo onde milhões e milhões de pessoas estão à margem do progresso, e onde a miséria assume os contornos mais negros. Um mundo que permite a morte de legiões de crianças pela fome, e onde uns poucos detêm a maior parcela da riqueza. Este só pode ser um tempo de medo e violência. Nota-se, entretanto, uma tendência simplista — e por que não dizer ingênua e mal-informada — de alguns políticos que, na ânsia de se promoverem, tentam reduzir todo o problema da violência em nossa época a duas ou três causas.

E as causas são enormes, Sr. Presidente. A violência cada vez aumenta mais, a explosão da criminalidade a toda hora se encontra na nossa Pátria e no mundo inteiro, não sabemos o que virá por aí. Iremos nós, pais e avós, preparar os nossos filhos para o mundo que está chegando. Um mundo onde só a vaidade, só o convencimento predomina, onde o homem de bem, o homem simples nada consegue. Até no setor político, aqueles que se perpetuam na vida política são os que menos valor têm, e o homem, quanto mais trabalha, não é levado em conta. Encontramos isto até na escolha das Lideranças, e, nesta Casa, também assistimos à falta de personalidade de muitos que exercem essas vice-lideranças. Enquanto houver isto, a preocupação não será só nossa, da ARENA, da Revolução, do Governo, mas do mundo inteiro.

É o caso daqueles que têm-se esmerado em ataques à televisão, que a apontam como a causa de todos os males da sociedade contemporânea. Ora, para quem não sabe, como meio de informação e formação cultural a televisão é apenas um reflexo e não a causa, um efeito e não a fonte. A violência está no cotidiano, e não no vídeo. Está nas ruas, e não nos estúdios. O que as câmeras registram é a história do homem num determinado momento de sua caminhada. Esquecem ainda, os que se dedicam a tão simplista raciocínio, a complexidade do painel, fixando-se em um detalhe. E mais: esquecem também a imensa e positiva força da tevê como órgão de integração cultural, instrumento de formação de opinião, e de toda a gama de serviços que ela presta à humanidade.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não devemos esquecer nunca que a tevê presta inestimáveis serviços à coletividade mundial, como órgão de integração cultural e instrumento de formação de opinião pública.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao Deputado Nunes Rocha.

O SR. NUNES ROCHA (ARENA — MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Queremos comunicar que nos dias 11, 12 e 13 do corrente terá início em Barra do Garça o IV Encontro do Oeste Brasileiro. Comparecerão, aproximadamente, 1.200 convencionais dentre os quais Ministros de Estado, Senadores e Deputados. Trata-se de um encontro de cunho eminentemente patriótico e que visa lutar pelo desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro.

Registrando esse acontecimento, queremos, ao mesmo tempo que transmitimos a notícia, convidar os Srs. Parlamentares para que nos prestigiem com sua presença, comparecendo a Barra do Garça naqueles dias. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Município de Campos, no norte do Estado do Rio de Janeiro, receberá, neste mês de dezembro próximo, mais um hospital, mantido pelo Serviço de Assistência Social Evangélico — SASE.

Recentemente, o Presidente do SASE, Isaias de Souza Maciel, esteve na cidade de Campos inspecionando as obras de construção daquele hospital e determinando a execução de detalhes que visam a um melhor funcionamento da nova unidade hospitalar.

Desde a criação do SASE, na cidade do Rio de Janeiro, temos cooperado com esta grande obra evangélica de assistência social, determinando a inclusão no orçamento da União de significativas importâncias para os diversos setores do SASE espalhados em todo Estado do Rio de Janeiro.

O SASE de Campos não tem sido esquecido. Antes, nesta sua luta para construção do hospital, temos estado presente e nos alegramos pela oportunidade de cooperar com aquela iniciativa.

O hospital que o SASE de Campos está terminando de construir contará com 10 enfermarias para 20 pessoas cada uma, além de 20 apartamentos para 2 e 4 camas, e, também, um berçário para 50 crianças, com encubadeira.

O hospital terá uma seção de maternidade, com bem instaladas salas de parto, serviços de ginecologia, cardiologia, clínica médica, pediatria, pré-natal, ortopedia, centro cirúrgico, laboratório, lavanderia, cozinha e outros serviços auxiliares.

As instalações amplas, distribuídas em três pavimentos dotados de rampas e escadas, e dependências funcionais, permitirão o atendimento médio de mil pessoas por dia.

Sem dúvida, Sr. Presidente, o Município de Campos em muito será beneficiado com essa obra do SASE, que merece todo apoio das autoridades e sociedade campistas, pois a instituição vive de ofertas dos corações generosos e das pessoas dotadas de sentimentos de fraternidade.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1977, que acrescenta parágrafo ao artigo 104 da Constituição, tendo

PARECER, sob nº 190, de 1977-CN, da Comissão Mista, oferecendo a redação para o segundo turno regimental.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria que, nos termos do art. 80 do Regimento Comum, será feita pelo processo nominal.

Em votação a proposta na Câmara dos Deputados.

Solicito o comparecimento dos Srs. Deputados Djalma Bessa e Jader Barbalho, a fim de procederem à chamada, que começará de Sul para Norte.

Os Líderes serão chamados em primeiro lugar.

Vai-se proceder a chamada.

(Procede-se à chamada)

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. DEPUTADOS:

Vasco Neto — Líder da ARENA.

Odacir Klein — Líder do MDB.

Acre

Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Cláudio Sales — ARENA; Figueiredo Correa — MDB; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB.

Paraíba

Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antônio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Vinícius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rolemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Horácio Matos — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darellio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Erasmo Martins Pedro — MDB; Francisco Studart — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB.

Minas Gerais

Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Padre Nobre — MDB; Silvio Abreu Júnior — MDB; Sival Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Athiê Coury — MDB; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Cunha — MDB; Joaquim Beviláqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Códio — MDB; Salvador Junianelli — ARENA; Sylvio Venturolli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Genervino Fonseca — MDB; Iturival Nascimento — MDB; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alírio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Fernando Gama — MDB; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Igo Losso — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; César Nascimento — MDB; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; Laerte Vieira — MDB; Walmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Alido Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Antônio Bresolin — MDB; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Vai-se proceder a votação no Senado Federal, sendo os Líderes chamados em primeiro lugar.

(Procede-se à Chamada)

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Eurico Rezende, Líder da ARENA — Franco Montoro, Líder do MDB — Daniel Krieger — Evelásio Vieira — Accioly Filho — Mattos Leão — Italívio Coelho — Saldanha Derzi — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Dirceu Cardoso — Heitor Dias — Ruy Santos — Gilvan Rocha — Augusto Franco — Lourival Baptista — Marcos Freire — Murilo Paraiso — Cunha Lima — Domício Gondim — Jessé Freire — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Evaristo Carreira — José Lindoso — Adalberto Sena — Altevir Leal.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Votaram "Sim" 272 Srs. Congressistas. Não houve votos contra.

Atingido, portanto, o *quorum* constitucional, a matéria é considerada aprovada.

A convocação de sessão conjunta para promulgação da Emenda Constitucional ora aprovada, será feita oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à apreciação do Projeto de Lei nº 16, de 1977 - CN, que aprova o Orçamento Pluriannual de Investimentos para o triênio 1978/1980, nas partes referentes ao Ministério do Trabalho, ao Ministério dos Transportes, Parte Geral, Superintendência Nacional da Marinha Mercante, Empresa de Navegação da Amazônia, Empresa de Portos do Brasil S/A, Companhia de Navegação do São Francisco e Serviço de Navegação da Bacia do Prata S/A.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão, às 12 horas e 20 minutos.)

ATA DA 226^a SESSÃO CONJUNTA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 1977
3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 8^a Legislatura
PRESIDÊNCIA DO SR. AMARAL PEIXOTO

**ÀS 19 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES
OS SRS. SENADORES:**

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Petrônio Portella — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Cunha Lima — Marcos Freire — Murilo Paraiso — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nossa Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Fapoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antônio Moraes — MDB; Cláudio Sales — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcilio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses

Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antônio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinícius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemburg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antônio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildércio Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Théodulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinhas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antônio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcilio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanoel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch —

MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egry — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octavio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Côdo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturoli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo

— ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; César Nascimento — MDB; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 56 Srs. Senadores e 345 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Erasmo Martins Pedro.

O SR. ERASMO MARTINS PEDRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Acaba de eleger sua Diretoria para o exercício de 1977/1979 a Associação Brasileira de Revendedores Autorizados Volkswagen — ASSOBRAV — constituída de 786 empresas brasileiras, com um capital de dois bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros, configurando um dos dez maiores complexos empresariais privados do Brasil.

Para que se tenha uma idéia da magnitude da associação, basta assinalar que os seus associados se espalham por seiscentos municípios brasileiros, que o seu Conselho Administrativo é composto de sessenta membros, procedentes de cinqüenta e uma cidades, de vinte e um Estados e que sua diretoria é formada por quatorze elementos, procedentes de doze cidades e de oito unidades da Federação.

Ao congratular-nos com a nova Diretoria da ASSOBRAV, encareçamos nossa saudação ao seu Presidente, Sr. Rui Flávio Chúfalo Guião, fazendo votos para que obtenha o mesmo desempenho das direções anteriores e continue a elevar o nome da associação, atendendo às mais caras aspirações dos seus associados e contribuindo para a ampliação de suas realizações, que honram o associativismo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Milton Steinbruch.

O SR. MILTON STEINBRUCH (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Um original "pacote administrativo" acaba de ser instituído pelo Prefeito de Niterói, Wellington Moreira Franco, consubstanciado no seu Plano de Urbanização Comunitária. Consiste o PUC num sistema pelo qual os moradores de determinada rua pagam uma mensalidade à Prefeitura e, dentro de cento e oitenta dias, recebem todos os serviços públicos indispensáveis: calçamento, asfalto, água, luz, esgoto, gás e paisagismo.

Explicando os objetivos e os resultados da iniciativa, diz o prefeito niteroiense:

"Uma rua custa barato, em torno de novecentos mil cruzeiros. Como a Prefeitura não dispõe de verbas para urbanizar todas, idealizamos o sistema: paga quem pode, beneficiando-se os que não podem.

Anunciado o PUC, em quinze dias a prefeitura recebeu dezoito solicitações, o que demonstra como o povo recebeu entusiasticamente o novo plano de urbanização. Mesmo de bairros mais pobres, como o de Caramujo, veio um pedido, aprovado por dois terços dos moradores.

O orçamento dos trabalhadores é feito e, sobre ele, incide uma taxa de três por cento ao mês. O projeto vai ser iniciado em novembro, no bairro de Itaipu, numa rua de 75 residências. A mensalidade a ser paga será de 350 cruzeiros, sem correção monetária, com um plano de pagamento em 36 meses.

Apelou o prefeito niteroiense para a sua imaginação criadora porque, com um orçamento de 288 milhões de cruzeiros, não há como atender às exigências de urbanização da cidade.

Precisariam, para uma cidade como a nossa — alega o Prefeito Moreira Franco — de um orçamento equivalente a um bilhão de cruzeiros, pelo menos. Como isso não é possível, o administrador tem de partir para as chamadas soluções criativas, como estamos fazendo com os novos conceitos de urbanização, baseados no quem tem, põe, quem não tem, tira".

Quando encaminhou à Câmara sua mensagem, instituindo o PUC, o Prefeito recebeu grande oposição arenista na Câmara Municipal, alegando os vereadores da oposição que a matéria estava evitada de constitucionalidade. Até mandado de segurança contra a medida foi impetrado, mas o Juiz Yussif Salim Saker denegou a liminar. O vereador Donald Guimarães, da ARENA, chegou a afirmar "que há interesses de empresas particulares pelo PUC e que o sistema foi instituído com o objetivo de atendê-las.

E acrescenta o edil oposicionista:

"O PUC é impraticável nas áreas de baixo poder aquisitivo. Toda a população luta com dificuldades e muitos, ainda que quisessem, não teriam condições de contribuir para a Prefeitura. Essa é a opinião de toda a Bancada."

Ao pessimismo arenista, responde o entusiasmo do povo niteroiense, com dezoito pedidos, inclusive de bairros pobres, desejosos de urbanização. Essa a resposta do povo aos que se opõem ao progresso de Niterói.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antunes de Oliveira. (Pausa.)

S. Ex* não está presente.

Concede a palavra ao nobre Deputado Braga Ramos.

O SR. BRAGA RAMOS (ARENA — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Na tarde de hoje tive a honra de apresentar à Câmara dos Deputados, projeto de lei que dispõe sobre a comercialização de produtos farmacêuticos, visando impedir certos abusos que vêm ocorrendo na área.

Embora a receita dos senhores médicos obedeça a todos os requisitos técnicos, inclusive quanto à dose dos medicamentos para a finalidade terapêutica prevista, os doentes são obrigados a adquiri-los em quantidades excessivas, sendo raras as ocasiões em que o conteúdo das embalagens a ela correspondem.

Disso resultam sobras não usadas, mas que custaram dinheiro as quais, não raro, jamais poderão ser utilizadas em virtude dos prazos de ação efetiva próprios de certos medicamentos.

Ora, nem todos os pacientes têm o esclarecimento exigido para saber destes fatos e pode bem acontecer, em caso de recidivas da moléstia que trataram, virem a valer-se de tais drogas sem a prescrição médica com inconvenientes para a saúde porque estarão usando medicamentos de ação já vencida.

Ademais, a proposição significará economia nos orçamentos domésticos, pois, ninguém ignora que na farmácia que as pessoas de baixa renda se afundam financeiramente, de um lado, pagando altos preços, de outro pagando por excessos que não precisam.

Numa hora em que a palavra de ordem é fazer economia, este projeto, enriquecido pela colaboração dos especialistas que assistem nesta Casa, certamente representará um meio bastante eficaz de desonerar os orçamentos familiares, já tão sobrecarregados, ao mesmo tempo em que concorrerá para proteção da saúde evitando o uso de medicamentos envelhecidos.

A referência às farmácias do INPS, no texto do projeto, tem significado especial quando se recorda que mais da metade da população brasileira recorre aos serviços médicos por ele prestados e são, evidentemente, outros tantos compradores de medicamentos.

De outro lado, a própria Lei nº 6229/75, que instituiu o Sistema Nacional de Saúde, ação conjunta que será exercida em perfeita sintonia pelos Ministérios da Saúde, da Previdência Social, do Interior, Educação e Cultura e Trabalho, em seu art. 1º - II - g, atribui ao Ministério da Previdência Social:

"Promover medidas adequadas à redução do custo dos medicamentos de maior eficácia e de comprovada necessidade para proteção da saúde e combate às doenças, inclusive subvencionando sua aquisição, ou distribuindo-os gratuitamente às classes mais pobres da população."

O projeto oferece, como se vê, um meio eficaz ao MPAS para facilitar a consecução desse nobre objetivo.

Sr. Presidente, é o seguinte o projeto por nós apresentado.

PROJETO DE LEI

Que dispõe sobre a comercialização de produtos farmacêuticos, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os laboratórios que fabricam medicamentos sob a forma de mistura de sólidos, ficam obrigados a fornecê-los, em embalagem hospitalar, às farmácias do Instituto Nacional da Previdência Social e, facultativamente, a quantas os desejem, de modo a permitir a compra nas quantidades exatas, prescritas na receita médica.

Art. 2º Entendem-se por misturas de sólidos as pílulas, tabletes, comprimidos, cápsulas e congêneres.

Parágrafo único. Nenhum dos medicamentos a que se refere este artigo, poderá ser vendido sem que, ao consumidor, esteja assegurada a possibilidade de identificar o produto que pretenda adquirir.

Art. 3º Ao Instituto Nacional da Previdência Social, através do seu órgão específico, compete fiscalizar a execução do disposto nesta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Zavaglia.

O SR. JOSÉ ZAVAGLIA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, já foi decantada das mais diversas formas a contribuição que os imigrantes italianos deram e continuam dando para o progresso do Brasil, mais especialmente para o progresso de São Paulo. Nunca, entretanto, essa contribuição será jamais cantada com excesso, porque sei que posso afirmar, sem medo de errar, que São Paulo não seria o que é sem a cooperação dos imigrantes italianos.

Hoje estou na tribuna para deplorar o falecimento de um italiano de nascimento, mas paulista de coração, que fez de Ibaté seu segundo solo materno: falo de Stefano Rossi.

Nascido no dia 10 de março de 1877 na cidade de Pádua, na Itália, era filho de Antônio Rossi e de Madalena Lessio Rossi. No mesmo ano que o Brasil libertava da escravidão seus filhos de origem africana, necessitando, por isso, do concurso de quantos quisessem para aqui vir, afim de participarem de nosso desenvolvimento, em 1888 Stefano Rossi veio para o Brasil, indo diretamente para Ibaté, então ainda Distrito do Município de São Carlos, tendo ali radicado até o fim de sua vida. Em Ibaté, Stefano Rossi foi lavrador e comerciante, sucessivamente.

Em 1903, casou-se com Dona Guilhermina Pistelli, de cujo consórcio feliz e abençoado teve 11 filhos. Se a dedicação do chefe da família pendeu sempre ou para a lavoura, ou para o comércio, Sr. Presidente, não foi assim com seus filhos. Um deles, Gerson A. Rossi, foi Vereador na primeira legislatura que Ibaté teve, logo após sua emancipação do município de São Carlos e sua instalação como município autônomo, tendo sido um outro filho seu, Dagnino Rossi, o segundo Prefeito da cidade e o seu Vice-Prefeito no período de 1973 a 1975. Um genro seu, Júlio de Cápua, foi Vereador à Câmara Municipal de Ibaté por quatro legislaturas.

A prole numerosa que Stefano Rossi fez vir ao mundo, Srs. Congressistas, deu-lhe, e à sua digníssima consorte, um dos maiores bens que a natureza pode legar a alguém: 35 netos, 58 bisnetos e 2 tetrabrotos!

Assim como aconteceu com toda a comunidade de Ibaté quando, a 10 de setembro próximo passado, deixou de existir para esta vida tão prestativo cidadão, com a proactiva idade de 89 anos, também eu, desta tribuna, choro hoje o desaparecimento de Stefano Rossi, italiano de nascimento, brasileiro de coração, paulista por adoção e ibatense por escolha pessoal.

Ao registrar, nesta tribuna, tão doloroso acontecimento, transmito à sua numerosa família, bem como ao seu inúmero círculo de amigos, o profundo sentimento desta Casa, que aqui registro, rogando ao Deus todo poderoso o conforto de sua bênção para a ilustre família enlutada.

Era o que tinha para dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Ferreira.

O SR. JOEL FERREIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, cumpro, mais uma vez, o dever de, como oposicionista leal, advertir o Banco Nacional da Habitação para as brutais e injustificáveis irregularidades nas suas concessões ou instituições que operam no Amazonas, sob sua responsabilidade e com suas garantias.

No meu Estado, como de resto em todo o País, há enorme carência de habitações para o povo, sendo que tal carência, no Amazonas, é muito acentuada em razão das públicas desonestades praticadas por construtoras que se organizam com o propósito de solapar o dinheiros e a confiança do povo.

Já não me refiro ao órgão oficial do Governo Estadual, com o apoio do BNH, a conhecida Superintendência Habitacional do Amazonas — SHAM, que, segundo publicações, não contestadas, no *O Estado de S. Paulo*, este ano, e ainda conforme declarações do então interventor do órgão, perante a Assembléia Legislativa do Estado, desviou soma que se aproxima a oitenta milhões de cruzeiros.

De tudo isto, Sr. Presidente, não apenas os Governadores do Amazonas e o Federal têm conhecimento, como os órgãos específicos de informações do País.

Considerando a notoriedade dos descalabros ocorridos na SHAM, a Assembléia Legislativa do meu Estado, por iniciativa do MDB, que é Maioria naquela Casa do Povo, instituiu Comissão Especial de Inquérito para, colaborando com o Poder Público, colher as informações necessárias para punição dos culpados, pelos órgãos específicos. Os trabalhos da Comissão de Inquérito estão em andamento e, tão logo sejam concluídos, serão remetidos a quem de direi-

to, para as providências cabíveis, que se espera resultem na rigorosa punição dos responsáveis pelos recursos públicos.

Dentre as muitas irregularidades no setor da habitação no Amazonas, destaco ainda o crime praticado por certa firma construtora que se responsabilizou pela construção do Conjunto Habitacional "Eldorado", e que, após o emprego de muitos milhões de cruzeiros do povo, deixou cerca de mil moradias abandonadas. São centenas de apartamentos e casas, muitas das quais em fase de acabamento, que estão se deteriorando, com o mato tomando conta, sem qualquer providência por parte do BNH, ou do Governo do Amazonas.

Além do dinheiro que é do povo e que ali foi jogado, causa brutal constrangimento ver-se um conjunto que poderia abrigar cerca de cinco mil pessoas, servindo apenas para esconderijo de marginais e outros atos reprovados pela sociedade.

Aliás, na minha última ida a Manaus, fui informado de que o Sr. Presidente da República teria passado no local do referido conjunto e se comprometido a liberar recursos para conclusão das obras. Não sei se tal informação é verdadeira. O que sei é que ninguém no Brasil poderá alegar desconhecimento deste doloroso caso, pois esta não é a primeira vez que o denuncio desta tribuna, além das faltas notícias da imprensa.

Faço votos para que o Governo Federal, se decidir liberar recursos para conclusão do citado Conjunto "Eldorado", o faça através de instituição idónea, pois o órgão específico, que é a SHAM, não poderá receber tal responsabilidade, em razão de sua inidoneidade.

Mesmo com os reprováveis procedimentos desses órgãos que têm operado no Amazonas, no setor da habitação, dirijo, desta tribuna do povo, mais um veemente apelo ao Sr. Presidente do BNH, ao Sr. Ministro do Interior e mesmo ao Senhor Presidente da República para que determinem urgentes providências, se já não determinaram, no sentido de que recursos sejam liberados, através de entidade séria, visando à reconstrução do Conjunto Habitacional "Eldorado", em Manaus. Este é o grito do povo do Amazonas, que por intermédio de seu representante faz chegar às autoridades brasileiras, esperando justas e urgentes providências. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Maurício.

O SR. JOSÉ MAURÍCIO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Mais um ato repulsivo acaba de ser adotado pelo Governador Faria Lima, à frente do Governo do Rio de Janeiro, o qual se soma à série de tropelias que aquele Chefe de Executivo vem cometendo. Sua Excelência vem de vetar projeto altamente salutar, aprovado pela Assembléia Legislativa após exaustivos estudos e isenta pormenorizada apreciação.

Trata-se de uma proposição que reservava aos jornalistas profissionais, registrados no Ministério do Trabalho, o exercício de funções técnicas existentes nas assessorias de imprensa dos órgãos estatais incluindo as empresas públicas e sociedades de economia mista, qualquer que fosse a forma de provimento e o seu regime jurídico.

Alegou o Governador atrabilírio que o provimento de tais funções já estava definida em lei, o que evidentemente se constitui num despacho destituído de qualquer sentido jurídico. Pela razão bem simples de que a lei define a forma de provimento dos cargos públicos, sem, porém, contrapor às normas estabelecidas, pela legislação que trata do assunto.

No caso em exame, está a espécie definida pelo Decreto-lei nº 972, que regulamentou o exercício da profissão de jornalista em nosso País. E está lá, para quem quiser ler, que "são privativas de jornalistas devidamente registrados no Ministério do Trabalho, as funções técnicas inerentes ao cargo". E nem poderia ser de outra forma, porque se assim fosse o advogado, pelo simples fato de possuir um diploma de bacharel, poderia, por exemplo, exercer o papel de médico e sair por aí, abrindo barrigas (o problema, depois, seria fechá-las...).

Portanto, está de luto mais uma vez o povo do Estado do Rio de Janeiro, por ter um governante que pratica atentados como esse, permitindo, com atos inteiramente ilegais e arbitrários, que uma meia-

dúzia de apaniguados usurpem os direitos que pertencem aos jornalistas profissionais. Prova o Governador Faria Lima que não quer a moralidade administrativa no Estado, que sofre hoje os desmandos de um homem que não foi eleito pelo povo e que por isso não pode ir trabalhar em seu favor.

É chegada a hora desta Casa dar uma resposta à altura ao Governador Faria Lima, pois encontra-se em tramitação no Senado o Projeto nº 230/77, do eminente Senador Nélson Carneiro, que tem o mesmo sentido moralizador que foi tão imoral e ilegalmente derrubado pelo arbítrio do Sr. Faria Lima. É preciso, portanto, que façamos todos os esforços para que o Congresso aprove tal proposição que declara privativo dos jornalistas profissionais o exercício de funções técnicas existentes nos Ministérios, nas empresas públicas e nas sociedades de economia mista.

Chega a ser redundante que venha o Legislativo Brasileiro dispor sobre um assunto que já está devidamente definido por legislação específica.

Solidarizando-me com os destemidos profissionais da Imprensa, que tão relevantes serviços têm prestado ao meu Estado, deploro mais essa violência praticada pelo despreparado Governante. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sylvio Venturolli.

O SR. SYLVIÓ VENTUROLI (ARENA — SP) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O artigo 10 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que "estatui normas reguladoras do trabalho rural, e dá outras providências", fixa o prazo de dois anos, contados da cessação do contrato de trabalho, para a prescrição do direito que o rurícola tem de pleitear a reparação de prejuízos porventura ocorrentes durante a prestação de serviços ou por ocasião da dispensa.

Esse dispositivo contrasta com seu similar, aplicável ao trabalhador urbano, ou seja, o artigo 11 da Consolidação das Leis do Trabalho, no que diz respeito à data do início da contagem do lapso de tempo em que se verifica a prescrição.

Em outras palavras: o prazo prescricional de dois anos é comum para ambos os regimes; entretanto, para o trabalhador rural, começa a correr da cessação do contrato de trabalho, enquanto que, para o urbano, tem início no dia do fato infringente da lei.

A diversidade de critério se prende à necessidade de evitar-se atritos entre patrão e empregado, durante a vigência do contrato de trabalho rural, com o propósito de restringir o alto índice de dispensas, que acabam engrossando o volume da migração para os grandes centros urbanos.

De outro lado, é reconhecida a simplicidade do homem do campo, avesso às filigranas da lei. Para o rurícola, então, deve dar-se um prazo mais elástico, que possibilite o efetivo exercício das faculdades inscritas na legislação pertinente ao seu labor.

Todavia, não obstante o peso das justificativas a essa dualidade, têm ocorrido tentativas de unificação pura e simples de tratamento, para o trabalhador rural e urbano.

Com efeito, já na legislatura passada foi aprovado projeto de lei que objetivava trazer a prescrição rural para o sistema do artigo 11 da Consolidação das Leis do Trabalho. Essa proposição, felizmente, sofreu veto de parte do ex-Presidente Emílio Médici, continuando em vigor a fórmula original.

Mas, ao contrário do que se esperava, o veto presidencial não logrou arrefecer a disposição dos defensores da equiparação; vários projetos estão sob exame das Comissões Técnicas competentes, pretendendo a instituição do critério prejudicial aos interesses do trabalhador rural.

Cientes da tramitação desses projetos, os Sindicatos e a Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo promoveram um encontro de dirigentes sindicais, no Instituto Técnico Estadual do Trabalhador Rural do Estado de São Paulo (ITETRESP), nos dias 30 de setembro e 1º de outubro próximos passados.

São estas as conclusões a que chegaram os representantes dos trabalhadores rurais paulistas:

"As entidades sindicais, aqui reunidas, são unânimes em manifestar, mais uma vez, que seja intocada e mantida integralmente a prescrição instituída pela Lei nº 5.889/73 para os trabalhadores rurais, conservando o seu objetivo altamente protetor das relações de trabalho no campo."

Assinam essa declaração de encerramento do clávele nada menos do que oitenta e seis Sindicatos de Trabalhadores Rurais de cidades do interior paulista, além dos dirigentes da respectiva Federação. Tal circunstância, somada ao caráter unânime da manifestação, reflete o pensamento de toda a classe, a propósito dos mencionados projetos em curso nesta Casa.

Daí, deve resultar a posição de todos nós, contrária à aprovação desses mesmos projetos, quando vierem a Plenário. Assim procedendo, certamente estaremos traduzindo a vontade e resguardando os interesses e direitos de uma expressiva parcela do povo que nos honrou com o mandato que exercemos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Esta Casa — invoco o testemunho dos Deputados e peço três minutos de atenção dos Srs. Senadores — recebeu uma mensagem presidencial, em fins de 1975, regulamentando a profissão de biomédico. Foi analisada a proposição pela Comissão de Constituição e Justiça; posteriormente, pela Comissão de Legislação Social; e, finalmente, pela Comissão de Finanças. As três Comissões opinaram a respeito. Uma das Comissões propôs duas supressões na mensagem. Posteriormente, antes de vir a plenário e já pronta para vir a plenário, a Comissão de Saúde pediu vista do projeto. O projeto oriundo da mensagem presidencial foi à Comissão de Saúde. E como havia o interesse, verificado pela Maioria da Câmara (Maioria da ARENA e Minoria do MDB), de um determinado Deputado da Comissão de Saúde que queria reter o processo em sua mão, foi requerida urgência para que viesse o projeto para o plenário. Veio para o plenário e foi discutido por quatro Deputados, todos eles usando de 10 a 15 minutos, conforme o Regimento propicia. Foi encaminhada a votação por quatro Deputados nesta Casa, com pensamentos diversos. E a Casa aprovou a regulamentação da profissão de biomédico, suprimindo, atendendo a pedido de farmacêuticos, dois itens da proposição.

Muito bem. A denúncia que foi feita, em São Paulo, é a seguinte:

"Em fins de 1975, foi apresentado Projeto de Lei nº 1.660, buscando a regulamentação da profissão do biomédico".

Pasmem os Srs. Senadores e Deputados, esse projeto de lei, diz esta denúncia, "foi apresentado; porém, por uma série de razões, foi arquivado". Mentira. "No dia 20-10-77, em caráter de urgência, por indicação do Poder Executivo" — não foi verdade, porque foi pela Maioria e pela Minoria — "foi encaminhado novamente, sem discussões e imediatamente aprovado na Câmara dos Deputados, em decisão já fechada.

Causa estranheza o fato de um projeto totalmente incoerente e inconstitucional, ter sido aprovado por métodos obscuros pelos nossos representantes na Câmara.

Como o citado projeto ainda não teve a aprovação definitiva do Senado, no caso de isso ocorrer, os biomédicos terão respaldo legal para o exercício de uma profissão para a qual não possuem atributos curriculares."

Estas mentiras são assinadas pelo Centro Acadêmico de Farmácia e Bioquímica do Diretório Central de Estudantes de São Paulo. Pois bem, Senhores, estes que mentiram, por um fato que todos

conhecemos, é que estão mentindo, dando informações erradas, sob a capacidade dos biomédicos aos Srs. Senadores.

Pedimos aos Srs. Senadores que se debrucem sobre o problema, apreciem o problema, vejam, verifiquem os currículos dos biomédicos e verifiquem que esses currículos são mais intensos para os trabalhos de análise bioquímica e bromatológica do que o currículo dos bioquímicos e dos farmacêuticos.

Enquanto, no último período, os biomédicos têm que fazer, por obrigação de currículo, estágio de 6 meses em laboratório de análise, os farmacêuticos e bioquímicos não têm que fazer. E os biomédicos não querem tirar esta atribuição, — que poderiam solicitar esta atribuição de fazer análise — dos farmacêuticos; mas, eles desejam fazer essas análises clínicas e bromatológicas, para a qual estão muito mais bem preparados do que os farmacêuticos.

Consultem o currículo dos dois e vejam com quem está a razão. Quem mentiu uma vez, mente muitas vezes. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Walter Silva, último orador inscrito.

O SR. WALTER SILVA (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Todos quantos vêem no hipismo não apenas um desporto elegante, capaz de propiciar as mais frementes emoções e de satisfazer a vocação lúcida do homem senão também o único instrumento que ainda resta, na era tecnológica, para promover a sobrevivência da raça equina, tão estreitamente ligada à aventura do homem, terão ficado satisfeitos com a decisão do Juiz da Segunda Vara Civil de Niterói, Dr. Miguel Ângelo de Barros, concedendo liminar de manutenção de posse ao Clube Hípico Fluminense, quanto a uma área em que mantém as suas baixas, naquela cidade do Rio de Janeiro.

Fundado há 54 anos, com o nome de Centro Hípico do Estado do Rio de Janeiro e considerado de utilidade pública em abril de 1937, portanto há quarenta anos, o Clube, em composição com o Governo Estadual, trocou uma área de seu terreno com outra do Estado, para instalação de uma estação depuradora do Departamento de Água e Esgotos.

A 23 de dezembro de 1940, foi baixado o Decreto nº 193, que desapropriou uma área em favor do Aero Clube do Rio de Janeiro, dizendo, no art. 3º:

"A Diretoria do Aero Clube do Estado do Rio de Janeiro fica autorizada a transferir ao Clube Hípico Fluminense o terreno que a este for necessário para a instalação se sua sede e campos de equitação, desde que o desmembramento nenhum prejuízo produza à regular e eficaz instalação dos serviços e trabalhos aeronáuticos".

No parágrafo único desse artigo, declarava sem nenhum efeito, cumprida a determinação do *caput*, a doação feita pelo Estado, em 17 de abril de 1939, nas notas do tabelião do 3º Ofício, desta Comarca de Niterói, livro 103, fls. 192, ao Clube Hípico Fluminense, revertendo o imóvel, então doado, ao patrimônio do Estado.

Embora não formalizada a transferência por lei autorizada, o CHF instalou-se na aba do morro fronteiriço à pista de pouso do Aero Clube. Mas não se efetivara a transferência, porque os expropriados ingressaram em juízo, para anular a expropriação, mantido, porém, o ato expropriatório, na segunda instância, mas julgada ilegal a transferência prevista ao citado art. 3º. Confirmada a decisão pelo Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 43.699, aquele terreno ocupado pelo CHF continuou a integrar a área desapropriada em favor do Aero Clube.

Vai daí, os expropriados e o Aero Clube firmam contrato no arreio da lei, em que os primeiros obteriam em troca de cinco mil metros quadrados da área e uma importância em dinheiro, toda a gleba desapropriada.

Reagiu ao Departamento de Patrimônio do Estado, interpelando o Prefeito de Niterói, informou que o ato expropriatório fora revogado, daí ter a prefeitura aprovado o plano de loteamento da

área. A alegação era inverdida, demonstrando, apenas, a conivência da autoridade municipal.

A prova disso, na ação liminar, é que resultou no seu deferimento, pela manutenção de posse do terreno pelo Clube Hípico Fluminense.

Esperamos que seja a decisão mantida, não apenas para a anulação de uma tramóia, mas para que não se prejudique o turfe em Niterói.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para discussão, em turno único, de partes do Projeto de Lei nº 16, de 1977-CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio de 1978/1980.

Não foram apresentadas emendas ao Subanexo Poder Executivo constante da pauta da Ordem do Dia de hoje.

Passemos, portanto, ao Item I:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério do Trabalho, tendo Parecer, sob nº 135, de 1977-CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o Subanexo na parte mencionada. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Mista para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério dos Transportes, Parte Geral, Superintendência Nacional da Marinha Mercante e Empresa de Navegação da Amazônia, tendo Parecer, sob nº 137, de 1977-CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o Subanexo nas partes mencionadas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Mista para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério dos Transportes, Empresa de Portos do Brasil S/A, Companhia de Navegação do São Francisco e Serviço de Navegação da Bacia do Prata S/A, tendo Parecer, sob nº 139, de 1977-CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o Subanexo nas partes mencionadas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — A Presidência convoca sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 20 horas e 5 minutos, neste plenário, destinada à apreciação do Projeto de Lei nº 16, de

1977-CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triénio de 1978/1980, nas partes referentes aos Encargos Gerais da União, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento e às Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas)

ATA DA 227^a SESSÃO CONJUNTA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 1977

3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 8^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. AMARAL PEIXOTO

ÀS 20 HORAS E 5 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Petrônio Portella — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Cunha Lima — Marcos Freire — Murilo Paraiso — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temistocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Plaíu

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Moraes — MDB; Cláudio Sales — ARENA; Fiqueiredo Correia — MDB; Flávio Marçilio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingi Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Parába

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antônio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinícius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antônio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildércio Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo —

ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Parente Frotta — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanoel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Silvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octavio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Côdo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturoli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kfouri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulô Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; César Nascimento — MDB; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 56 Srs. Senadores e 345 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para discussão, em turno único, de partes do Projeto de Lei nº 16, de 1977-CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio de 1978/1980.

Não foram apresentadas emendas ao Subanexo Poder Executivo constante da pauta da Ordem do Dia de hoje.

Passemos, portanto, ao Item 1:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Encargos Gerais da União, tendo Parecer, sob nº 140, de 1977-CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o Subanexo Poder Executivo — Encargos Gerais da União. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Fundo Nacional de Desenvolvimento, tendo Parecer, sob nº 141, de 1977-CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o Subanexo Poder Executivo — Fundo Nacional de Desenvolvimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, tendo

PARECER, sob nº 142, de 1977-CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o Subanexo Poder Executivo — Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, dia 11, às 11 horas, neste plenário, destinada à apreciação do Projeto de Lei nº 16, de 1977-CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio de 1978/1980, nas partes referentes ao Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, aos Encargos Financeiros e Previdenciários da União, ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, à Rede Ferroviária Federal S/A e ao Anexo Receita e Texto da Lei.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 20 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superficie:	Via-Aérea:
Semestre	Cr\$ 200,00
Ano	Cr\$ 400,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00
	Cr\$ 400,00
	Cr\$ 800,00
	Cr\$ 2,00

Seção II (Senado Federal)

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF

O PODER LEGISLATIVO E A CRIAÇÃO DOS CURSOS JURÍDICOS

**Obra comemorativa do Sesquicentenário
da Lei de 11 de agosto de 1827, que criou os Cursos Jurídicos de São Paulo e Olinda.**

Precedentes históricos, debates da Assembléia Constituinte de 1823, Decreto de 1825 com os Estatutos do Visconde da Cachoeira, completa tramitação legislativa da Lei de 11-8-1827, com a íntegra dos debates da Assembléia Geral Legislativa (1826-1827), sanção imperial e inauguração dos Cursos de São Paulo e Olinda.

Índices onomástico e temático

410 páginas

PREÇO: Cr\$ 70,00

**Pedidos pelo reembolso postal à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL**

TRÂNSITO

Legislação atualizada.

**Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento
(atualizados)**

Legislação especial e correlata.

Ilícitos penais do Trânsito.

Resoluções do CONTRAN.

Notas — Comparações — Remissões

Furto do uso.

**“Revista de Informação Legislativa” nº 38
452 páginas**

Preço: Cr\$ 25,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00